



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

**RELATÓRIO ANUAL DE ATUAÇÃO DA
COMISSÃO, ACERCA DA PROMOÇÃO DA
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

Janeiro- 2026

1) Apresentação

A criação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba ocorreu por meio do Ato da Presidência nº 66/2019, instrumento que definiu suas competências e atribuições institucionais. Ressalta-se que tal ato antecedeu a Conselho Nacional de Justiça, a qual passou a estabelecer diretrizes voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência no Poder Judiciário, além de regulamentar as Unidades de Acessibilidade e Inclusão.

Esse contexto evidencia que o Tribunal de Justiça da Paraíba já demonstrava atenção e comprometimento com a pauta da acessibilidade antes mesmo da consolidação das diretrizes nacionais sobre o tema. Com a publicação da norma do CNJ, tornou-se necessária a realização de adequações, sobretudo no que se refere à composição da Comissão, ajustando-a às especificações previstas no art. 25 da mencionada Resolução.

Nos termos do art. 26 da Resolução CNJ nº 401/2021, compete à Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – COMPACI atuar estrategicamente na proposição, orientação e monitoramento de ações destinadas à eliminação de qualquer forma de discriminação, bem como à remoção de barreiras que comprometam o acesso seguro e autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida às instalações e serviços do órgão. Também lhe cabe sugerir à Presidência a edição ou revisão de atos normativos relacionados à sua área de atuação e deliberar acerca do relatório anual de atividades voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão.

Observa-se, portanto, que a Comissão exerce função estratégica e institucional, acompanhando a implementação de políticas inclusivas, mantendo interlocução com a Administração para eventual aperfeiçoamento normativo e aprovando o relatório anual de suas ações. Embora a Resolução CNJ nº 401/2021 não determine a obrigatoriedade de reuniões periódicas, registra-se que, ao longo do ano, foram realizadas reuniões que resultaram em diretrizes e encaminhamentos relevantes.

Por fim, este relatório apresentará a composição atual da Comissão, os normativos que fundamentam sua atuação, as ações desenvolvidas a partir das deliberações ocorridas nas reuniões realizadas e as considerações conclusivas acerca das atividades desempenhadas.

2) Composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

NOME	CARGO	FUNÇÃO
Desa. Anna Carla Lopes Correia Lima de Freitas	Desembargadora	Presidente
Dr. Fábio José de Oliveira Araújo	Juiz de Direito	Membro
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerência de Planejamento	Membro
Marieta Dantas Tavares de Melo	Gerência de Engenharia e Arquitetura	Membro
Valéria Lúcia Winkeler Beltrão	Gerência de Qualidade de Vida	Membro
Maria do Socorro Belarmino de Souza	Pedagoga do NAPEM - PcD	Membro
Washington Rocha de Aquino	Gerência de Legislação e Precedentes - PcD	Membro
Daiane Lins da Silva Firino	Coordenação Pedagógica da Escola Superior da Magistratura	Membro
Cássio Higino de Freitas	Coordenação de Sistemas Administrativos da Diretoria de Tecnologia da Informação	Membro
Viviane dos Santos Sousa	Núcleo de Gestão Socioambiental	Membro
Eduardo José Silva de Araújo	3ª Vara Mista de Guarabira	Membro

3) Reuniões Ordinárias

3.1) Primeira reunião ordinária - 03/04/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2025/05/Ata_da_Reuniao_COMPACI_UNAI_03-04-2025.pdf

3.2) Segunda reunião ordinária - 14/06/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2026/02/SEI_0192981_Ata_de_Reuniao.pdf

3.3) Terceira reunião ordinária - 14/07/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2025/08/Ata_de_reuniao_da_COMPACI_-_14-07-2025_0.pdf

3.4) Quarta reunião ordinária - 06/08/2025

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2025/08/Ata_de_reuniao_da_COMPACI_-_06-08-2025_0.pdf

4) Normativos

4.1) Ato da Presidência nº 66/2019: Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado da Paraíba. Dispõe sobre a criação da comissão e suas responsabilidades.

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/ato_da_presidencia_no_66_2019_.pdf

4.2) Lei nº 13.146/2015: Estatuto da Pessoa com Deficiência

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/ato_da_pres_32_2021.pdf

4.3) Resolução nº 401/2021, do CNJ - Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3987>

4.4) Resolução nº 35/2021, do TJPB - Institui condições especiais de trabalho no TJPB para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como os que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/resolucao_no_35_-_condicoes_especiais_de_trabalho_1.pdf

4.5) Ato da Presidência nº 31/2025 do TJPB - Designação da composição dos membros da UNAI, conforme DJe - 28/02/2025

https://drive.google.com/drive/folders/1Me3PQ2ZT9OT3l4h_LCVBxTlslv1eLXCR

4.6) Ato da Presidência nº 36/2025 do TJPB - Designação da composição dos membros da COMPACI, conforme DJe - 28/02/2025

https://drive.google.com/drive/folders/1Me3PQ2ZT9OT3l4h_LCVBxTlslv1eLXCR

4.7) Ato da Presidência nº 100/2025 do TJPB - Acrescenta o inciso XI ao art. 1º do Ato da Presidência nº 36, de 28 de fevereiro de 2025.

https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/legislacao/Ato_da_Presidencia_n.100_25062025.pdf

5) Ações

As propostas voltadas à análise e à implementação de medidas foram estruturadas a partir das discussões e deliberações ocorridas nas reuniões ordinárias da Comissão, tendo como finalidade subsidiar a Gestão na consolidação de políticas de acessibilidade e inclusão destinadas às pessoas com deficiência.

Nesse contexto, busca-se assegurar que o Tribunal ofereça acesso pleno e efetivo à comunicação e à informação no âmbito dos serviços judiciais, mediante a utilização de recursos, formatos e tecnologias acessíveis, tais como Língua Brasileira de Sinais (Libras), sistema Braille, audiodescrição, legendagem, linguagem simples e comunicação tátil.

Essa perspectiva integra a dimensão da acessibilidade comunicacional no Judiciário, cujo propósito é remover barreiras na comunicação, garantindo que todas as pessoas, independentemente de eventual deficiência, possam participar de forma inclusiva e equitativa.

Na sequência, serão apresentadas as principais iniciativas relacionadas à acessibilidade comunicacional, à acessibilidade tecnológica e aos cursos ofertados.

5.1) Acessibilidade Comunicacional

Solenidades em 2025 com participação de intérprete de LIBRAS

Solenidade		Data	Hora	Local
1.	Posse da Nova Mesa Diretora biênio 2025/2026	03/02/2025	16 h	Intermares Hall
2.	Homenagem às mulheres do Judiciário	07/03/2025	8h30	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
3.	Conselho da Magistratura	24/03/2025	9h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça

4.	Palestra sobre bem-estar no trabalho abre a Semana Nacional da Saúde.	09/04/2025	8h30	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
5.	Lançamento: Aplicativo 'TJPB Cidadão'	15/05/2025	9 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
6.	Exposição 'Arte e (Re) construção nas cores da Liberdade'	15/05/2025	10h30	Hall da galeria dos ex-presidentes - Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
7.	Solenidade De Abertura Das Comemorações Dos 160 Anos De Nascimento De Epitácio Pessoa E Palestra Margarida Cantarelli	23/05/2025	10 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça.
8.	Homenageia Jurista Ofélia Gondim com a Medalha da Ordem do Mérito	23/07/2025	15 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
9.	Abertura inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	20/8/2025	9 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
10.	Apresentação e Videoconferência – Juízes CNJ	21/08/2025	15 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura
11.	Caravana Nacional de Cooperação Judiciária	22/08/2025	15 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
12.	Solenidade de Instituição do Ato Normativo e apresentação da Plataforma do Plano Pena Justa	26/08/2025	9 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura
13.	Visibilidade da pessoa com deficiência e o acesso à Justiça.	22/09/2025	8 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura
14.	Visita Institucional do Presidente do Superior Tribunal Federal, Ministro	20/10/2025	8 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça

	Edson Fachin			
15.	III Congresso Internacional de Direito da ESMA.	12,13 e 14/11/2025	8 h	Auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE-PB C
16.	Congresso Paraibano de Direito de Família e Sucessões: A Família na Atualidade dos Tribunais Brasileiros.	17 e 18 /11/2025	9 h as 18 h	ESMA – Escola Superior da Magistratura
17.	Pleno e Órgão Especial.	26/11/2025	9 h	Federação das Indústrias da Paraíba (FIEPB) – Campina Grande
18.	Programa Novos Caminhos.	18/12/2025	10 h	Sala de Sessões do Tribunal Pleno -Des. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade Anexo Administrativo do Palácio da Justiça
19.	A Cantata Natalina: Aos Olhos de Maria.	19/12/2025	19 h	Praça João Pessoa

Links de algumas matérias:

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/ministro-mauro-campbell-participa-de-encontro-com-juizes-e-del egatarios-dos-cartorios>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-promove-evento-dedicado-a-inclusao-e-acess ibilidade>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/congresso-paraibano-aprofunda-debates-sobre-familia-sucesso es-e-reformas-legislativas>

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/cantata-realizada-pelo-tjpb-e-aemp-celebra-o-natal-emociona-p ublico-e-encerra-ano-judiciario>

5.2) Realização de ação de capacitação nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência

No período em referência, o Tribunal promoveu ações de capacitação voltadas à temática da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência, com ênfase no viés pedagógico, através da promoção de cursos e webinários sobre a matéria pela Escola

Superior da Magistratura, conforme registrado em documento próprio da ESMA, alcançando quantitativo expressivo de participantes. Ao todo, foram capacitados 55 magistrados (21,57%) e 816 servidores (19,79%), evidenciando o compromisso institucional com a formação continuada e o fortalecimento de práticas alinhadas à promoção da acessibilidade, à garantia de direitos e à ampliação do acesso à justiça.

CAPACITAÇÕES NA TEMÁTICA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO – ANO 2025

Quantitativo Geral de Capacitados

Magistrados: 55 (21,57%)

Servidores: 816 (19,79%)

Curso “Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS”

Período de Realização:

07/02/2025 a 30/03/2025 – Módulo I

11/04/2025 a 25/05/2025 – Módulo II

Carga Horária: 40h/a cada Módulo

Concluintes:

Módulo I: 17 concluintes, sendo 2 magistrados, 13 servidores de 1º grau e 2 residentes. **Módulo II:** 6 concluintes, sendo 5 servidores de 1º grau e 1 residente.

Curso “Legislação e atendimento aplicado à pessoa com

deficiência” Período de Realização: de 12/05/2025 a 03/06/2025

Carga Horária: 20h/a

Concluintes: 20 concluintes, sendo 5 magistrados, 12 servidores de 1º grau e 3 servidores de 2º grau.

Curso “Atendimento à Pessoa com Deficiência no âmbito administrativo e jurisdicional do Tribunal: garantia de direitos humanos e acesso à justiça e cidadania”

Período de Realização: 14/07/2025 a 25/07/2025

Carga Horária: 20h/a

Concluintes: 28 concluintes, sendo 1 desembargador, 18 magistrados, 8 servidores de 1º grau e 1 servidor de 2º grau.

Evento “Justiça Inclusiva e Acessível a Todos”

Data de Realização: 22/09/2025

Carga Horária: 08 horas

Participantes: 73 participantes, sendo 1 desembargador, 4 magistrados, 9 servidores de 1º grau, 18 servidores de 2º grau, 1 estagiário e 40 público externo.

Webinário “Políticas de Inclusão e Acessibilidade no Judiciário”

Turma 1

Data de Realização: 28/11/2025

Carga Horária: 03 horas

Participantes: 99 participantes, sendo 6 magistrados, 84 servidores de 1º grau, 06 servidores de 2º grau, 2 estagiários e 01 público externo.

Turma 2

Data de Realização: 12/12/2025

Carga Horária: 02 horas

Participantes: 749 participantes, sendo 25 magistrados, 548 servidores de 1º grau, 158 servidores de 2º grau, 12 estagiários e 06 público externo.

5.3) Acessibilidade Tecnológica

A Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC ofereceu ferramentas de tecnologia assistiva para os usuários com deficiência visual nativas do sistema operacional Microsoft Windows, notadamente o recurso leitor de tela e a configuração de tema de contraste. Quando solicitado pelo usuário, o setor de atendimento pôde também instalar ferramenta de acessibilidade específica que ele possa necessitar para a realização de suas atividades produtivas, desde que sejam gratuitas. Ferramentas que requeiram licenciamento precisam ser submetidas para análise, para que o procedimento e o custo de aquisição possam ser avaliados pela Diretoria.

Essa Diretoria, por meio da Gerência de Atendimento (GEATE), buscou manter contato com a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), explorando informações para aprimorar a prestação de serviços tecnológicos ao jurisdicionado com deficiência. Houve reuniões preliminares com servidores técnicos da fundação, o que poderá ser ampliado para parcerias formais, através da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão desta Corte.

O atual portal do TJPB passou por adequações técnicas com o objetivo de viabilizar maior acessibilidade das informações disponibilizadas, garantindo que determinados conteúdos possam ser acessados por usuários com deficiência. Para isso, páginas e funcionalidades foram e são avaliadas por ferramentas apropriadas, como o ASES Web e Lighthouse (recurso do navegador Google Chrome). Atualmente, de acordo com estes recursos de avaliação, nosso portal possui pontuação de 80,13%, com base no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Maiores informações podem ser vistas na página: <https://www.tjpb.jus.br/acessibilidade>.

Dentre as principais ações realizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) no último ano, destaca-se o desenvolvimento do novo portal do Tribunal de Justiça

da Paraíba. Um dos principais requisitos elicitados para sua construção foi a acessibilidade, de forma a possibilitar que todo o conteúdo possa ser acessado por alto-contraste ou ampliação de caracteres, no caso de deficientes visuais parciais ou por meio de leitores de tela, no caso de deficientes visuais totais. Trata-se de uma grande oportunidade, pois a acessibilidade foi pensada desde o início, o que é uma vantagem em comparação à adaptação de solução existente que atenda apenas parcialmente o requisito. Neste momento, o novo portal está em fase de migração de conteúdo e treinamento técnico para os administradores. Em momento posterior, deverá ser disponibilizado ao usuário final, já com os requisitos mencionados devidamente implementados.

6) Conclusão

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão tem deliberado acerca das medidas a serem implementadas, contando com a colaboração de Diretorias, Gerências e demais unidades administrativas.

Os principais eventos contam com a disponibilização de intérpretes de Libras, uso de autodescrição e equipe de apoio geral, mediante a oferta de serviços e assistência prestados pelos servidores da Gerência de Qualidade de Vida, denotando o caráter inclusivo que essa Corte tem buscado.

Ademais, a partir de provocação da própria Comissão quanto à necessidade de capacitação específica, foi articulada a realização de ações formativas por intermédio da Escola Superior da Magistratura – ESMA.

Em síntese, a Diretoria de Tecnologia da Informação tem adotado medidas estruturadas para ampliar a acessibilidade tecnológica no âmbito do Tribunal de Justiça da Paraíba, contemplando a oferta de recursos assistivos, a avaliação contínua do portal institucional e o desenvolvimento de uma nova plataforma concebida sob os princípios do desenho universal. Tais iniciativas evidenciam o compromisso institucional com a inclusão, a melhoria contínua dos serviços digitais e a garantia de acesso equitativo às informações e sistemas por pessoas com deficiência.

Por fim, as iniciativas apresentadas observam o trâmite regular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com a participação e o empenho de todos(as) os(as) envolvidos(as), a fim de que a Comissão se consolide, de forma efetiva, como

instância promotora do reconhecimento e da garantia dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito do Judiciário Estadual da Paraíba.

**ANNA CARLA
LOPES CORREIA
LIMA DE FREITAS**

Assinado de forma digital por
ANNA CARLA LOPES CORREIA
LIMA DE FREITAS
Dados: 2026.02.27 15:24:24
-03'00'

ANNA CARLA LOPES CORREIA LIMA DE FREITAS

Desembargadora Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão